



**DFS HOLDING S.A.**  
CNPJ nº 22.932.699/0001-60

www.dellys.com.br

**Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais, exceto pelo lucro por ações)**

**Balancos patrimoniais**

	Nota	Controladora		Consolidado			Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023			2024	2023		
<b>Ativo</b>											
<b>Circulante</b>											
Caixa e equivalentes de caixa	4	249	343.045	76.859	418.744						
Aplicações financeiras	5	111.811	-	303.970	-						
Contas a receber	6	-	-	411.863	387.511						
Estoque de mercadorias	7	-	17	416.555	381.420						
Impostos a recuperar	8	4.570	949	76.853	83.884						
Dividendos a receber		1.042	1.504	-	-						
Outros créditos		73	74	16.719	14.013						
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>117.746</b>	<b>345.589</b>	<b>1.302.819</b>	<b>1.285.572</b>						
<b>Não circulante</b>											
Depósitos judiciais	18	-	-	87.084	74.427						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24 b	3.586	-	100.509	122.170						
Outras contas a pagar com partes relacionadas	13	828	305	-	-						
Outros créditos		-	-	21.866	18.055						
Investimentos	9	1.305.344	1.017.005	-	-						
Imobilizado	10	671	822	199.876	175.579						
Intangível	11	4.306	5.676	671.062	709.768						
Ativo de direito de uso	25	1.212	1.770	85.414	82.821						
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>1.315.948</b>	<b>1.025.578</b>	<b>1.165.811</b>	<b>1.182.820</b>						
<b>Total do ativo</b>		<b>1.433.693</b>	<b>1.371.167</b>	<b>2.468.630</b>	<b>2.468.392</b>						
<b>Passivo</b>											
<b>Circulante</b>											
Empréstimos e financiamentos		-	-	-	7.565						
Arrendamentos	25	785	654	37.980	40.021						
Fornecedores	15	105	130	424.494	408.852						
Obrigações trabalhistas	16	12.489	19.565	77.381	76.916						
Lucros e dividendos a pagar	19	1.792	633	1.792	633						
Impostos a recolher	12	65	147	23.623	24.109						
Tributos parcelados		-	-	2.138	697						
Obrigações por compra de participações	17	-	-	91.459	81.777						
Outras contas a pagar		56	-	37.053	29.424						
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>15.291</b>	<b>21.129</b>	<b>695.920</b>	<b>669.994</b>						
<b>Não circulante</b>											
Empréstimos e financiamentos		-	-	-	8.702						
Arrendamentos	25	485	1.141	56.587	51.749						
Outras contas a pagar com partes relacionadas	13	-	9.975	-	-						
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	18	200	-	62.220	50.810						
Tributos parcelados		-	-	1.755	2.411						
Obrigações por compra de participações	17	-	-	234.431	342.582						
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>685</b>	<b>11.116</b>	<b>354.993</b>	<b>456.254</b>						
<b>Patrimônio líquido</b>											
Capital social integralizado	19	1.276.137	1.276.137	1.276.137	1.276.137						
Transações entre sócios		(134.164)	(102.450)	(134.164)	(102.450)						
Reserva legal		15.419	9.835	15.419	9.835						
Reserva de lucros		260.325	155.400	260.325	155.400						
Atribuído aos controladores		-	-	1.418.002	1.338.922						
Participação de não controladores		-	-	(285)	3.222						
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>1.417.717</b>	<b>1.338.922</b>	<b>1.417.717</b>	<b>1.342.144</b>						
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.433.693</b>	<b>1.371.167</b>	<b>2.468.630</b>	<b>2.468.392</b>						

**Demonstrações dos resultados**

	Nota	Controladora		Consolidado			Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023			2024	2023		
Receita líquida	20	-	-	5.006.384	4.465.731						
Custo das mercadorias vendidas	21	-	-	(3.882.098)	(3.497.519)						
<b>Lucro bruto</b>				<b>1.124.286</b>	<b>968.214</b>						
Recargas (despesas) operacionais				(714.893)	(697.378)						
Despesas com vendas (Provisão) reversão ao valor recuperável de clientes	21	-	-	(20.757)	(16.148)						
Despesas gerais e administrativas	21	(19.992)	(77.013)	(304.719)	(240.760)						
Equivalência patrimonial	9	103.305	133.339	-	-						
Outras receitas (despesas) líquidas	22	6.619	4.098	66.961	(18.279)						
<b>Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>89.932</b>	<b>60.424</b>	<b>150.878</b>	<b>(4.348)</b>						
Resultado financeiro											
Receitas financeiras	23	20.159	9.614	71.581	62.622						
Despesas financeiras	23	(141)	(89)	(70.051)	(57.279)						
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>109.950</b>	<b>69.949</b>	<b>152.408</b>	<b>995</b>						
Imposto de renda e contribuição social	24 a	(1.872)	-	(23.902)	380						
Correntes	24 a	3.586	(3.342)	(16.558)	67.968						
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>111.665</b>	<b>66.607</b>	<b>111.950</b>	<b>69.343</b>						
Participação dos acionistas controladores		-	-	111.665	66.607						
Participação dos acionistas não controladores		-	-	285	2.736						
<b>Lucro por ação - em reais</b>				<b>0,1202</b>	<b>0,0872</b>						

**Demonstrações dos fluxos de caixa**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		111.665	66.607	111.950	69.343
Ajustes para conciliar o lucro do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	10, 11, 25	2.533	2.492	138.169	169.378
Baixa do ativo imobilizado e intangível	10, 11, 25	-	-	8.681	7.229
Provisão de juros sobre aquisição de investimentos	17	-	-	20.589	22.949
Provisão para perdas esperadas com clientes	6	-	-	(20.757)	(16.148)
Remensuração de obrigações por compra de participações	17	-	-	(46.873)	-
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	18	200	-	11.409	12.054
Provisão para perda de estoques	7	-	-	2.780	(705)
Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamento		111	71	10.896	12.553
Rendimentos de aplicações financeiras	5 e 23	(7.813)	-	(19.994)	-
Equivalência patrimonial	9	(100.989)	(133.339)	-	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	24	(1.872)	-	(23.902)	380
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	(3.586)	3.342	16.557	(67.968)
Redução (aumento) nos ativos operacionais:					
Contas a receber		-	-	(3.595)	(21.395)
Estoque de mercadorias		17	31	(37.915)	(6.298)
Impostos a recuperar		(3.621)	(25)	12.136	39.212
Outros créditos		1	(23)	(6.517)	4.644
Adiantamentos a fornecedores		-	-	-	460
Depósitos judiciais		-	-	(12.657)	(25.712)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		(26)	96	15.642	(18.905)
Obrigações trabalhistas		(7.076)	11.443	465	9.632
Impostos a recolher		1.791	140	13.247	(2.126)
Tributos parcelados		-	-	784	(828)
Outras contas a pagar		56	-	7.630	4.204
Caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		(8.608)	(49.165)	198.725	191.953
Impostos de renda e contribuição social pagos		-	-	10.169	-
Juros sobre arrendamentos pagos	25	(111)	-	(6.558)	(9.784)
Juros sobre empréstimos e financiamentos e obrigações por aquisição de investimento pagos		-	-	(15.222)	(19.511)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(8.719)	(49.165)	187.114	162.658
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado e intangível	10 e 11	(227)	(96)	(71.584)	(69.181)
Aplicações financeiras	5	(103.999)	-	(283.976)	-
Aquisição de participação de acionistas minoritários		-	-	(15.342)	-
Aquisição de controlada, líquido do caixa	17	-	-	-	38.252
Dividendos recebidos		1.503	11	-	-
Aumento de capital em controladas	9	(220.155)	(139.711)	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(322.878)	(139.796)	(370.902)	(30.929)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Aumento de capital		-	520.000	-	520.000
Partes relacionadas		(10.498)	13.978	-	-
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio		-	(1.225)	-	(1.225)
Pagamento de arrendamento	25	(701)	(753)	(61.387)	(97.372)
Pagamentos de obrigações por compra de participação	17	-	-	(80.440)	(203.469)
Pagamento de empréstimos e financiamentos		-	-	(16.270)	(20.882)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento		(11.199)	532.000	(158.097)	197.052
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa		(342.796)	343.039	(341.885)	328.781
Caixa e equivalentes de caixa		343.045	6	418.744	89.963
No fim do exercício		249	343.045	76.859	418.744
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa		(342.796)	343.039	(341.885)	328.781

**Demonstrações dos valores adicionados**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receitas		6.887	4.822	5.799.726	5.209.710
Vendas de serviços líquido de devoluções		-	-	5.798.597	5.189.429
Outras receitas		6.887	4.822	21.886	36.971
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		-	-	(20.757)	(16.690)
Insumos adquiridos de terceiros		(2.345)	(14.819)	(4.186.412)	(3.881.787)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		(1.029)	(13.683)	(4.149.894)	(3.807.370)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(1.048)	(329)	(29.953)	(67.325)
Perda/recuperação de valores ativos		-	-	(538)	441
Outras (recuperação de despesas)		(268)	(807)	(6.027)	(7.533)
Valor adicionado bruto		4.542	(9.997)	1.613.314	1.323.134
Depreciação e amortização		(1.796)	(1.808)	(86.470)	(72.075)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		2.746	(11.805)	1.526.844	1

★ continuação

saldos e as transações da Companhia e de suas controladas. As seguintes práticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas: **a. Controladas:** Controladas são as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais. As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e é interrompida a partir da data em que o controle termina. Transações entre Companhia e saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do mesmo grupo são eliminadas. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*"impairment"*) do ativo transferido. As práticas contábeis das controladas são alteradas e as suas demonstrações financeiras individuais são ajustadas, quando necessário, para assegurar a consistência dos dados financeiros a serem consolidados com as práticas adotadas pela Companhia. **b. Transações e participações não controladoras:** Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou as perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados no patrimônio líquido. Quando para de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada a seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. **3.2 Combinação de negócios:** Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. A Companhia determina que adquiriu um negócio quando o conjunto adquirido de atividades e ativos inclui, no mínimo, um *input* - entrada de recursos e um processo substantivo que juntos contribuam significativamente para a capacidade de gerar *output* - saída de recursos. O processo adquirido é considerado substantivo se for essencial para a capacidade de desenvolver ou converter o *input* - entrada de recursos adquiridos em *outputs* - saídas de recursos, e os *inputs* - entradas de recursos adquiridos incluem tanto a força de trabalho organizada com as habilidades, conhecimentos ou experiência necessários para executar esse processo; ou for fundamental para a capacidade de continuar a produzir *outputs*, e é considerado único ou escasso ou não pode ser substituída sem custo, esforço ou atraso significativos na capacidade de continuar produzindo *outputs* - saída de recursos. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48/IFRS 9 na demonstração do resultado. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que, se espera, sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a essas unidades. Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida. **3.3 Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(ii) Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado, ou ao valor justo por meio do resultado - VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e sua controlada mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e sua controlada podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, Companhia e sua controlada podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia e sua controlada realizam uma avaliação de objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. • As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado exercício de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia e sua controlada consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e sua controlada consideram: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Ativos financeiros a VJR: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. Ativos financeiros a custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, quando relevantes, e são, subsequentemente,

apresentados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método de taxa de juros efetiva. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia e sua controlada tenham um direito incondicional de deferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após a data do balanço, os custos dos empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição de ativo qualificável formam parte do custo de tal ativo. Outros custos de empréstimos são reconhecidos como despesas, de acordo com o regime contábil de competência. **(iii) Desreconhecimento: Ativos financeiros:** A Companhia e sua controlada desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e sua controlada transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e sua controlada nem transferem e nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **Passivos financeiros:** A Companhia e sua controlada desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e sua controlada também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(iv) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e sua controlada tem atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida

	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios
	Definida entre 7 a 25 anos	Definida - entre 5 e 20 anos
Vida útil	Linear ao longo do período esperado dos benefícios de uso	Linear ao longo do período esperado dos benefícios de uso

Método de depreciação utilizado

**3.7 Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros destes ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de

	Softwares	Intangíveis	Não competição	Carteira de Clientes	Goodwill
	Definida - 5 anos	Definida - entre 10 e 11 anos	Definida - 5 anos	Definida - entre 10 e 11 anos	Indefinida
Vida útil	Linear ao longo do período esperado dos benefícios de uso	Linear ao longo do período esperado dos benefícios de uso	Linear ao longo do período esperado dos benefícios de uso	Linear ao longo do período esperado dos benefícios de uso	Não amortizado

Método de amortização utilizado

**3.8 Redução ao valor recuperável ("impairment"):** (i) **Ativos financeiros não-derivativos:** A Companhia e sua controlada reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre: • Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e • Ativos de contrato. A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e • Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e sua controlada consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia e sua controlada presumem que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso. A Companhia e sua controlada consideram um ativo financeiro como inadimplente quando: • É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia e sua controlada, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou • O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias. A Companhia e sua controlada consideram que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento". As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia e sua controlada estão expostas ao risco de crédito. **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia e sua controlada de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e sua controlada esperam receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. **3.9 Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, é provável que terá de liquidar a obrigação e quando é possível mensurar de forma confiável o valor da obrigação. Uma obrigação construtiva, ou não formalizada, é aquela que decorre das ações da Companhia que, por meio de um padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de uma declaração atual suficientemente específica, indique a outras partes que a Companhia aceitará certas responsabilidades e, em consequência, cria uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação determinada para liquidar a obrigação presente, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação, de acordo com os assessores jurídicos, internos e externos. **3.10 Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo quando há uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **3.11 Reconhecimento de receita:** O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando e por quanto a receita é reconhecida. **Venda de mercadorias:** As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas pelo seu valor justo quando o controle sobre os produtos é transferido para o comprador, a Companhia deixa de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para a Companhia são prováveis, o que ocorre substancialmente no momento de entrega dos produtos aos clientes. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta. **Prestação de serviços:** A receita de serviços de transporte é reconhecida com base na movimentação de mercadorias pela frota da Companhia, as receitas auferidas são apresentadas em uma base líquida e reconhecidas ao resultado quando for provável que os benefícios econômicos fluíram para a Companhia e os seus valores puderam ser confiavelmente mensurados. **Receita de juros:** Registra-se uma receita de juros referente a todos os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, adotando-se a taxa de juros efetiva, que corresponde à taxa de desconto dos pagamentos ou recebimentos de caixa futuros ao longo da vida útil prevista do instrumento financeiro - ou período menor, conforme o caso - ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída no resultado financeiro na demonstração do resultado do exercício. **3.12 Arrendamentos:** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. **Companhia como arrendatário:** A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **Ativos de direito de uso:** A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. **Passivos de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do

ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.4 Demonstração do valor adicionado (DVA):** Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelas empresas e sua distribuição durante determinado exercício. É apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. As IFRS também não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações financeiras individuais e consolidadas, e foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"). **3.5 Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, entre os dois, o menor. Custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são agregados ao custo de aquisição, sendo valorizados ao custo médio. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzidos dos custos estimados necessários para efetuar a venda. Os estoques também são reduzidos pela provisão para perdas e quebras, as quais são periodicamente analisadas e avaliadas quanto à sua adequação. **3.6 Imobilizado:** O imobilizado é registrado ao custo de aquisição. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após a alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. A Companhia revisou a vida útil de seus ativos e concluiu que as taxas de depreciação utilizadas são condizentes com suas operações em 31 de dezembro de 2024 e de 2023. As vidas úteis estimadas são apresentadas a seguir:

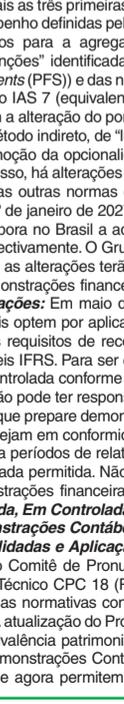
	Equipamentos de telecomunicação	Equipamentos de informática	Benefeitórias em imóveis de terceiros	Veículos
	Definida - entre 5 e 17 anos	Definida entre 5 e 17 anos	Definida - entre 10 e 33 anos	Definida - entre 5 e 15 anos
	Linear ao longo do período esperado dos benefícios de uso	Linear ao longo do período esperado dos benefícios de uso	Linear ao longo do período esperado dos benefícios de uso	Linear ao longo do período esperado dos benefícios de uso

amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventuais ganho ou perda resultantes do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

**3.13 Imposto de renda e contribuição social:** A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. Os impostos correntes são com base no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração consolidada do resultado porque inclui e exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens que não são tributáveis ou dedutíveis. O passivo referente aos impostos correntes da Companhia é apurado com base nas alíquotas em vigor no fim do exercício, ou seja, 15% acrescida do adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Conforme facultado pela legislação tributária, a controlada LOGW Serviços de Transportes Ltda. opta pelo regime de tributação com base no lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social no lucro presumido da controlada é calculada à razão de 8% sobre as receitas de serviços de transporte, 32% sobre as receitas brutas provenientes da prestação de serviços e 100% das receitas financeiras, sobre as quais é aplicada a alíquota regular de 15% acrescida do adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Dessa forma, a Empresa não está inserida no contexto da não cumulatidade na apuração do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. O imposto diferido é proveniente de diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis, e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias, quando elas reverterem, tendo como base as leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas nas datas dos balanços. Os impostos ativos diferidos consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela Administração. Os ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados nas datas dos balanços, e são sujeitos à provisão para perda à medida que sua realização não seja mais provável. **3.14 Subvenção e assistência governamentais:** A Companhia possui incentivos fiscais estaduais e federais enquadrados em determinados programas de desenvolvimento na forma de financiamento, diferimento do pagamento de impostos ou reduções parciais do valor devido. Esses programas estaduais objetivam promover o incremento da geração de emprego, a descentralização regional, além de complementar e diversificar a matriz econômica dos Estados. Nesses Estados, os prazos de carência, fruição e as reduções são previstas na legislação fiscal. **3.15 Normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2024:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Empresa, estão descritas a seguir: A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substituiu o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements* (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. O Grupo está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. **IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública:** **Divulgações:** Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo. **Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial:** Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa

continua →



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o

Investidor, o Estadão RI.

Sua autenticidade pode ser conferida no

QR Code ao lado ou pelo site:

<https://estadao.ri.estadao.com.br/publicacoes/>

★ continuação

convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em/ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo. **Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:** Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo *Lack of Exchangeability* emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em/ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo.

**4. Caixa e equivalentes de caixa:**

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa	-	-	49	616
Bancos - conta movimento	250	277	47.746	29.486
Aplicações de liquidez imediata	-	342.768	29.064	388.642
	<b>249</b>	<b>343.045</b>	<b>76.859</b>	<b>418.744</b>

Aplicações de liquidez imediata são representadas por aplicações financeiras de liquidez imediata (Certificados de Depósito Bancário - CDBs), registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, remunerados a taxas 99 % ao ano (89% em 2023) com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Os saldos possuem conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou não possuem prazos fixos, portanto, a Companhia e suas controladas possuem o direito de resgate imediato.

**5. Aplicações financeiras:**

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Aplicações de liquidez imediata	111.811	-	303.970	-
	<b>111.811</b>	<b>-</b>	<b>303.970</b>	<b>-</b>

As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 111.811 na controladora e R\$ 303.970 no consolidado, são representadas por aplicações financeiras de liquidez imediata (Certificados de Depósito Bancário - CDBs), registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, remunerados a taxas 99 % ao ano com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Os saldos não possuem expectativa de uso de curtíssimo.

**6. Contas a receber:**

	Consolidado	
	2024	2023
Cientes - mercado interno	419.047	395.399
(-) Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(7.184)	(7.888)
	<b>411.863</b>	<b>387.511</b>

A composição do saldo por faixa de vencimento está apresentada a seguir:

	Consolidado	
	2024	2023
A vencer	369.504	338.554
Vencidos: 0 a 30 dias	33.359	41.915
31 a 60 dias	4.318	3.915
61 a 90 dias	3.264	3.127
Há mais de 90 dias	8.602	7.888
	<b>419.047</b>	<b>395.399</b>

A movimentação da estimativa para perda por redução ao valor recuperável de contas a receber no exercício está detalhada a seguir:

	Consolidado	
	2024	2023
Saldo no início do exercício	(7.886)	(8.153)
Adições	(29.896)	(18.223)
Reversões	30.600	18.488
Saldo no final do exercício	<b>(7.184)</b>	<b>(7.888)</b>

Além dos efeitos da movimentação da estimativa para perda por redução ao valor recuperável de contas a receber, a Companhia baixou integralmente no resultado do exercício, os títulos vendidos acima de 180 dias, sendo R\$ 28.719 em 2024 (R\$ 23.731 em 2023) e a recuperação de títulos considerados incobráveis no montante de R\$ 7.258 em 2024 (R\$ 7.318 em 2023), saldo da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa corresponde substancialmente a duplicatas vencidas há mais de 90 dias e/ou com alto risco de não recebimento. A Companhia monitora constantemente o saldo de recebíveis, considerando o conceito de perda incorrida e perda esperada e quando na menor expectativa de não haver a possibilidade de seu recebimento, constitui-se a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

**7. Estoque de mercadorias:** A composição dos estoques está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2024	2023
Estoque de mercadorias para revenda	392.166	367.507
Provisão para realização de estoques	(3.897)	(1.117)
Outros	28.286	15.030
	<b>416.555</b>	<b>381.420</b>

Os estoques são constituídos por diversos produtos alimentícios para revenda. Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, não há concentração em um produto principal e o giro do estoque é compatível para a expectativa de venda futura. A movimentação da provisão para realização de estoques no exercício está detalhada a seguir:

	Consolidado	
	2024	2023
Saldo no início do exercício	(1.117)	(1.822)
Constituição de provisão	(8.617)	(1.329)
Reversão de provisão	5.837	2.034
Saldo no final do exercício	<b>(3.897)</b>	<b>(1.117)</b>

**8. Impostos a recuperar:** Os tributos a recuperar são mantidos no ativo principalmente com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial da entidade os valores contábeis que serão objeto de futura recuperação.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
ICMS a recuperar	-	-	16.005	15.241
IRPJ	130	556	17.256	18.325
Contribuição social	11	213	6.153	6.643
PIS/COFINS a recuperar (i)	-	-	29.782	38.477
Imposto de renda retido s/aplicações financeiras	4.429	180	6.286	2.002
Outros	-	-	1.371	3.196
	<b>4.570</b>	<b>949</b>	<b>76.853</b>	<b>83.884</b>

(i) Em 2024 a Companhia obteve o trânsito em julgado de uma ação pertinente a não tributação do PIS e da COFINS em sua filial de Manaus/AM, resultando em um ganho de R\$ 17.600 exclusivo a sua operação na Zona Franca de Manaus (ZFM).

**9. Investimentos:** A composição dos investimentos em 31 de dezembro de 2024 é composta da seguinte forma:

	Controladora	
	2024	2023
Investimento	1.306.898	1.005.588
Lucro não realizado em controlada	(12.921)	-
Mais-valia de ativos adquiridos	8	58
Ágio	11.359	11.359
	<b>1.305.344</b>	<b>1.017.005</b>

A movimentação do saldo de investimento é assim demonstrada:

	Controladora	
	2024	2023
Saldo inicial	1.017.005	745.020
Equivalência patrimonial	103.305	133.339
Amortização de mais-valia	(49)	(49)
Aporte de capital	186.125	139.711
Dividendos distribuídos por controlada	(1.042)	(1.016)
Saldo em final	<b>1.305.344</b>	<b>1.017.005</b>

**Informações relevantes sobre as controladas diretas:**

	Quantidade de ações		Capital social	Patrimônio líquido	Investimento	Receita líquida	Lucro líquido das controladas	Participação sobre o resultado	Amortização mais-valia	Resultado equivalente
	de ações	%								
<b>Controladas</b>										
Oesa S/A	33.825.458	100,00%	840.892	1.205.898	1.306.886	4.214.661	100.988	100.988	(49)	100.939
Imperial	1	0,01%	60.496	82.330	8	311.755	(3.511)	1	-	1
Hok	1	0,01%	18.991	52.958	4	269.242	(7.310)	(1)	-	(1)
Total				<b>1.306.898</b>				<b>100.988</b>	<b>(49)</b>	<b>100.939</b>

	Quantidade de ações		Capital social	Patrimônio líquido	Investimento	Receita líquida	Lucro líquido das controladas	Participação sobre o resultado	Amortização mais-valia	Resultado equivalente
	de ações	%								
<b>Controladas</b>										
Oesa S/A	27.645.029	100,00%	613.558	1.020.811	1.005.573	3.381.481	133.335	133.335	(49)	133.335
MGLOG	0	0,00%	2.492	13.778	-	22.921	4.456	-	-	-
Imperial	1	0,01%	43.162	67.609	10	381.440	29.102	3	-	3
Hok	1	0,01%	18.991	52.958	5	197.920	9.042	1	-	1
Total				<b>1.005.588</b>				<b>133.339</b>	<b>(49)</b>	<b>133.339</b>

**Informações contábeis resumidas das controladas diretas e indiretas em 31 de dezembro de 2024 e 2023:**

Nome	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido
	Oesa Comércio e Representações S.A.	1.090.938	1.072.175	553.818	302.409	1.306.886	4.195.831
HOK Transportes Ltda.	11.301	112.523	77.003	1.174	45.648	269.224	(7.310)
Imperial Importação e Exportação Ltda.	68.806	93.662	39.990	43.659	78.820	310.067	(3.511)
Comercial W Com. de Prod. para Rest. Ltda.	42.155	6.944	42.872	6.630	(403)	195.813	(3.424)
Siqueira Ferreira Comércio de Carnes Ltda.	15.749	11.328	9.505	5.894	11.679	61.760	1.995
LOG W Serviços de Transportes Ltda.	6.223	2.745	7.209	291	1.468	39.999	(2.080)
<b>Nome</b>	<b>Ativo circulante</b>	<b>Ativo não circulante</b>	<b>Passivo circulante</b>	<b>Passivo não circulante</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>Receita líquida</b>	<b>Lucro líquido</b>
Oesa Comércio e Representações S.A.	722.312	1.209.437	504.383	406.555	1.020.811	3.381.481	138.124
HOK Transportes Ltda.	10.471	83.296	40.436	373	52.958	197.920	9.042
Imperial Importação e Exportação Ltda.	76.252	83.820	32.125	31.237	96.710	381.440	29.102
WFS Holding de Particip. Societárias S/A	13	10.754	-	42	10.725	-	9.106
Comercial W Com. de Prod. para Rest. Ltda.	23.150	3.653	26.614	2.667	(2.478)	144.685	(363)
Siqueira Ferreira Comércio de Carnes Ltda.	13.271	5.074	7.504	1.157	9.684	60.971	6.180
LOG W Serviços de Transportes Ltda.	6.176	2.082	4.122	588	3.548	21.526	3.317
Quatro Mares Distribuidora de Alimentos Ltda.	22.122	2.049	11.661	3.061	9.449	16.489	2.427
Três Rios Distribuição, Rep. e Com. de Gên. Alim. Ltda.	34.299	8.628	19.839	7.895	15.193	35.878	1.730
Huber Distribuidora de Alimentos Ltda.	60.586	7.704	33.172	1.584	33.534	39.212	2.959

**10. Imobilizado:**

	Taxa anual de depreciação	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Controladora	
				Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	5% - 17%	177	(127)	50	67
Máquinas e equipamentos	4% - 13%	8	(6)	2	3
Equipamentos de Informática	6% - 20%	452	(346)	106	63
Benefitorias em imóveis de terceiros	3% - 10%	1.223	(722)	501	683
Equipamentos de telecomunicação	6% - 20%	18	(5)	13	6
Total		<b>1.878</b>	<b>(1.206)</b>	<b>672</b>	<b>822</b>

	Taxa anual de depreciação	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Consolidado	
				Líquido	Líquido
Edificações	1,3% - 4%	27.164	(5.310)	21.854	23.372
Veículos	7% - 20%	152.908	(82.853)	70.055	63.962
Móveis e utensílios	5% - 17%	28.786	(20.743)	8.043	9.189
Máquinas e equipamentos	4% - 13%	59.763	(35.694)	24.069	24.074
Equipamentos de Informática	6% - 20%	25.960	(16.415)	9.545	7.462
Imobilizado em andamento	-	43.608	-	43.608	28.405
Benefitorias em imóveis de terceiros	3% - 10%	30.492	(8.959)	21.533	17.797
Equipamentos de telecomunicação	6% - 20%	1.704	(535)	1.169	1.319
Total		<b>370.385</b>	<b>(170.509)</b>	<b>199.876</b>	<b>175.580</b>

A movimentação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 é como segue:

	2023		Movimentação		2024	
	Saldo no início do exercício	Adições	Depreciação	Transferências	Saldo final do exercício	Saldo final do exercício
Equipamentos de telecomunicação	6	11	(3)	-	13	13
Móveis e utensílios	3	-	(17)	-	50	50
Máquinas e equipamentos	67	-	(1)	-	2	2
Equipamentos de Informática	63	65	(22)	-	106	106
Benefitorias em imóveis de terceiros	683	-	(182)	-	501	501
Total	<b>822</b>	<b>76</b>	<b>(225)</b>	<b>-</b>	<b>672</b>	<b>672</b>

	2022		Movimentação		2023	
	Saldo no início do exercício	Adições	Depreciação	Transferências	Saldo final do exercício	Saldo final do exercício
Equipamentos de telecomunicação	-	6	-	-	6	6
Móveis e utensílios	85	-	(18)	-	67	67
Máquinas e equipamentos	4	-	(1)	-	3	3
Equipamentos de Informática	57	-	6	-	63	63
Benefitorias em imóveis de terceiros	864	-	(181)	-	683	683
Total	<b>1.010</b>	<b>6</b>	<b>(194)</b>	<b>-</b>	<b>822</b>	<b>822</b>

	2023		Movimentação		2024	
	Saldo no início do exercício	Mais-valia imobilizados	Adição por aquisição controlada	Depreciação	Transferência (1)	Saldo final do exercício
Edificações	23.371	-	-	(1.083)	(434)	21.854
Veículos	63.962	14.853	(1.061)	(18.610)	(5.924)	16.835
Móveis e utensílios	9.190	847	-	(1.929)	1	8.043
Máquinas e equipamentos	24.073	3.866	(264)	(3.843)	(3)	24.069
Equipamentos de Informática	7.463	4.285	-	(2.450)	(59)	306
Imobilizado em andamento	28.404	48.572	-	(1)	(2.559)	(30.808)
Benefitorias em imóveis de terceiros	17.798	1.915	-	(1.361)	(137)	3.318
Equipamentos de telecomunicação	1.319	101	-	(245)	-	(6)
Total						

★ continuação

## Notas Explicativas da DFS HOLDING S.A.

de desconto e o fluxo de caixa foram realizados por métodos nominais. As principais premissas adotadas para estimar o valor recuperável estão abaixo indicadas:

	Taxa Desconto	Taxa de desconto após os impostos	Taxa Crescimento perpetuidade <sup>(1)</sup>	EBITDA médio projetado
Congebbras	11,40%	16,30%	3,10%	3,80%
Oesa	11,40%	16,70%	3,10%	6,60%
Baía Norte	11,40%	16,70%	3,10%	6,60%
Imperial	11,40%	16,30%	3,10%	3,80%
Frigonepi	11,40%	16,30%	3,10%	3,80%
DB Distribuidora	11,40%	16,10%	3,10%	4,30%
Sol de Maio	11,40%	16,30%	3,10%	3,80%
Cerealista Nova Safra	11,40%	16,30%	3,10%	3,80%
Flecha Foods	11,40%	14,80%	3,10%	3,70%
Johann Alimentos	11,40%	16,70%	3,10%	6,60%
Noia Alimentos	11,40%	16,70%	3,10%	6,60%
Frios Transportadora	11,40%	14,80%	3,10%	3,70%
Fröhlich S/A	11,40%	16,70%	3,10%	6,60%
SF Distribuidora	11,40%	14,80%	3,10%	3,70%
Porto Import	11,40%	14,80%	3,10%	3,70%
Três Passos	11,40%	16,30%	3,10%	3,80%
WFS Holding	11,40%	16,30%	3,10%	3,80%
Três Rios	11,40%	15,90%	3,10%	10,70%
Quatro Mares	11,40%	15,90%	3,10%	10,70%
Huber	11,40%	16,70%	3,10%	6,60%

<sup>(1)</sup> Foi considerado o crescimento de 3,1%, correspondente à inflação de longo prazo na data-base da avaliação. Destaca-se que o fluxo de caixa é nominal, desta forma o crescimento real é equivalente a 0% (zero) na perpetuidade. As receitas foram estimadas considerando o crescimento esperado para seu setor, apresentando crescimento entre 4% a 5% em termos nominais. As taxas de crescimento foram limitadas à capacidade atual do ativo, como também ao mercado que atua. Foram considerados como deduções da receita os impostos incidentes sobre as vendas nos termos da lei e outras deduções quando historicamente consistentes. Os custos e despesas comerciais foram projetados por sua representatividade histórica do último período, sem quaisquer ajustes. As despesas administrativas foram projetadas tendo como base os gastos incorridos no último período, atualizados pela inflação. A taxa de desconto aplicada nas projeções de fluxo de caixa foi de 11,4% composta pela taxa média ponderada de capital CMPC ou WACC, na sigla em inglês (representa aproximadamente uma taxa de 16% após dos impostos). Análise de sensibilidade: foram considerados cenários de variação de 10% para taxa de desconto, taxa de crescimento e perpetuidade, sendo que em todos os casos o valor em uso excede os valores contábeis da unidade geradora de caixa. Como resultado do teste realizado foi concluído que o (custo contábil) destes ativos, quando comparado ao valor em uso estimado pelas principais premissas citadas acima, são inferiores ao valor em uso da unidade geradora de caixa, não gerando necessidade de constituição para provisão de recuperabilidade. Tais projeções foram aprovadas pela administração da Companhia em reunião realizada no dia 14 de janeiro de 2025, as quais foram preparadas com base nos resultados históricos e na expectativa de resultado de cada UGC.

**12. Impostos a recolher:** Os tributos a recolher representam obrigações decorrentes das atividades operacionais da Companhia oriundas principalmente da distribuição de alimentos.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
ISS a pagar	-	-	316	182
IR e CS a pagar	5	-	2.483	3.521
PIS e COFINS a pagar	60	146	3.476	3.174
ICMS a pagar	-	-	16.244	16.518
Outros impostos a pagar	-	1	1.104	714
	<b>65</b>	<b>147</b>	<b>23.623</b>	<b>24.109</b>

**13. Partes relacionadas:** Os saldos entre partes relacionadas são apresentados a seguir:

	Controladora	
	2024	2023
Ativo:		
Ativo não circulante:		
Outras contas a receber com parte relacionadas:		
OESA S/A	-	828
		<b>828</b>
Passivo:		
Passivo não circulante:		
Outras contas a pagar com parte relacionadas:		
OESA S/A	-	-
		<b>(9.975)</b>
		<b>(9.975)</b>

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Resultado:				
Resultado operacional:				
Efeito no resultado (a)			6.889	4.040
			<b>6.889</b>	<b>4.040</b>

(a) Refere-se a serviços de administração financeira prestados pela DFS Holding S.A.

**14. Remuneração da administração:** Em 31 de dezembro de 2024, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva, totalizou R\$ 14.709 (R\$ 54.200 em 2023) na Companhia e R\$ 24.921 (R\$ 71.489 em 2023) no Consolidado, sendo salários e benefícios variáveis. A remuneração da Administração está registrada na rubrica "Despesas gerais e administrativas". A abertura dos saldos está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Benefícios de curto prazo a empregados:				
Salários e honorários	5.657	3.400	11.791	7.718
Bônus	7.558	48.304	9.408	60.558
Encargos sociais	1.495	2.496	3.723	3.213
Saldo final	<b>14.710</b>	<b>54.200</b>	<b>24.922</b>	<b>71.489</b>

**15. Fornecedores:** O saldo é composto por fornecedores de produtos para revenda, serviços necessários à revenda de mercadorias e outros fornecedores (material de uso e consumo), conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fornecedores mercado interno	-	-	365.516	303.768
Fornecedores mercado externo	-	-	44.955	101.574
Prestadores de serviços	105	130	105	628
Outros	-	-	13.918	2.882
Total	<b>105</b>	<b>130</b>	<b>424.494</b>	<b>408.852</b>

A companhia não possui operações de risco sacado.

**16. Obrigações sociais e trabalhistas:**

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Salários e ordenados a pagar	10.850	18.190	26.347	30.189
Provisão de bônus e gratificações	-	-	2.712	4.169
Férias e encargos	924	789	32.599	28.760
INSS a recolher	242	198	6.837	7.039
IRRF a recolher	422	349	4.548	3.949
FGTS a recolher	51	39	2.487	2.372
Outros	-	-	1.851	438
Total	<b>12.489</b>	<b>19.565</b>	<b>77.381</b>	<b>76.916</b>

**17. Obrigações por compra de participações (consolidado):** O saldo é composto por parcelas ainda a serem pagas referente a compras de Empresas e Companhias ao qual a DFS possui participação direta ou indireta, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Baía Norte Produtos para Restaurantes Ltda.	-	-	1.393	1.990
Imperial Importação e Exportação Ltda.	-	-	17.599	16.782
WFS Holding	-	-	29.521	7.798
Frigonepi Comercial e Representação Ltda.	-	-	3.497	9.334
DB Distribuidora de Alimentos Ltda.	-	-	1.595	1.520
Cerealista Nova Safra Ltda.	-	-	31.199	45.103
Flecha Foods Ltda.	-	-	9.791	13.012
Johann e Noia Alimentos Ltda.	-	-	70.627	85.450
Fröhlich S/A	-	-	29.092	48.524
SF Distribuidora de Alimentos	-	-	5.557	5.655
Porto Import Distribuidora de Alimentos	-	-	7.866	8.005
Três Passos	-	-	8.515	10.851
Quatro Mares Dist. de Alimentos	-	-	9.479	21.292
Três Rios Dist. de Alimentos	-	-	28.436	63.876
Huber Alimentos	-	-	33.506	46.388
Outros valores a pagar a antigos sócios	-	-	38.217	38.780
Total			<b>325.890</b>	<b>424.360</b>
Circulante			91.459	81.777
Não Circulante			<b>234.431</b>	<b>342.582</b>
			<b>325.890</b>	<b>424.359</b>

A movimentação dos saldos a pagar por aquisição de empresas está demonstrado a seguir:

	Considerações transferido (incluído)		Caixa transferido ao vendedor		Pagamentos		Juros	
	31/12/2023	consideração contingente	31/12/2023	contingente	Outras (i)	incurridos	31/12/2024	31/12/2024
Baía Norte Produtos para Restaurantes Ltda.	1.990	-	-	-	(805)	-	208	1.393
Imperial Importação e Exportação Ltda.	16.782	-	-	-	-	-	817	17.599
WFS Holding	7.798	34.470	(11.834)	(3.796)	-	-	2.883	29.521
Frigonepi Comercial e Representação Ltda.	9.334	-	-	(6.059)	-	-	222	3.497
DB Distribuidora de Alimentos Ltda.	1.520	-	-	-	-	-	75	1.595
Cerealista Nova Safra Ltda.	45.103	-	-	(15.187)	-	-	1.283	31.199
Flecha Foods Ltda.	13.012	-	-	(4.120)	-	-	899	9.791
Johann e Noia Alimentos Ltda.	85.450	-	-	(22.736)	-	-	7.913	70.627
Fröhlich S/A	48.524	-	-	(20.785)	-	-	1.353	29.092
SF Distribuidora de Alimentos	5.655	-	-	(404)	-	-	306	5.557
Porto Import Distribuidora de Alimentos	8.005	-	-	(572)	-	-	433	7.866
Três Passos	10.851	-	-	(2.815)	-	-	479	8.515
Quatro Mares Dist. de Alimentos	21.292	-	-	(2.712)	(9.592)	-	491	9.479
Três Rios Dist. de Alimentos	63.876	-	-	(8.136)	(28.775)	-	1.471	28.436
Huber Alimentos	46.388	-	-	(6.138)	(8.500)	-	1.756	33.506
FIP ODBG	-	-	-	-	-	-	-	-
HOK	6	-	-	-	-	(6)	-	-
Outros valores a pagar a antigos sócios	38.774	-	-	(557)	-	-	-	38.217
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	<b>424.360</b>	<b>34.470</b>	<b>(11.834)</b>	<b>(94.822)</b>	<b>(46.873)</b>	<b>20.589</b>	<b>325.890</b>	<b>325.890</b>

Resumo das movimentações de 2023:

	Considerações transferido (incluído)		Caixa transferido para vendedor		Juros	
	31/12/2022	consideração contingente	31/12/2022	contingente	31/12/2022	31/12/2023
Total	347.443	214.816	(203.469)	42.621	22.948	424.359
Caixa adquirido na combinação de negócios			14.954			
<b>Aquisição do investimento, líquido</b>			<b>(188.515)</b>			

(i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a controlada OESA realizou a remensuração do passivo financeiro relacionado às obrigações por compra de participações referentes às aquisições das empresas Huber (R\$ 8.500) e do Grupo Quatro Mares (R\$ 38.367). A remensuração foi realizada porque as operações dessas empresas não performaram conforme previsto nos contratos de aquisição, resultando em um valor menor a ser pago aos vendedores (nota explicativa 22). A Companhia pagou de juros em 2024 o valor de R\$ 14.382 (R\$ 18.390 em 2023). O saldo remanescente de cada aquisição é atualizado mensalmente conforme indexador previsto no contrato de cada aquisição.

**18. Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis:** A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais de naturezas trabalhistas e cíveis, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas levando em conta a avaliação da administração com o apoio dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade dos processos e o posicionamento dos tribunais, sempre que for provável o desembolso de caixa e o valor possa ser estimado com confiabilidade. A Administração da Companhia e de suas controladas entendem que a provisão constituída de R\$ 62.220 no consolidado (R\$ 50.810 em 31 de dezembro de 2023) é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

	Natureza Processual	
	2024	2023
Cível	5.596	5.356
Tributário	47.449	38.345
Trabalhista	9.175	7.109
Total	<b>62.220</b>	<b>50.810</b>

Os processos tributários demonstrados se referem substancialmente a processos de polo ativo. A Companhia possui liminar para realizar os pagamentos através de depósitos judiciais até que seja julgada a ação de forma definitiva. A movimentação da provisão de riscos tributários, trabalhistas e cíveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

	Consolidado	
	2024	2023
Saldo inicial	50.810	38.403
Adição por aquisição de empresa controlada	-	354
Baixa/Reversão de processos cível	(241)	(623)
Início de ação jurídica de origem cível	480	2.800
Baixa/Reversão de processos trabalhista	(1.967)	(2.770)
Início de ação jurídica de origem trabalhista	4.034	3.729
Baixa/Reversão de processos tributária	(3.374)	(2.675)
Início de ação jurídica de origem tributária	893	1.045
Ação tributária depositada judicialmente	11.585	10.547
Saldo final	<b>62.220</b>	<b>50.810</b>

Os processos com probabilidade de perda classificados como possíveis pelos assessores jurídicos correspondem a R\$ 28.360 (R\$ 42.045 em 31 de dezembro de 2023) segregados nas seguintes esferas jurídicas.

	Natureza Processual	
	2024	2023
Cível	706	3.004
Tributário	13.451	16.810
Trabalhista	14.203	22.231
Total	<b>28.360</b>	<b>42.045</b>

Os processos apontados como perda possível de natureza cível se referem a processos por danos morais. Já os processos de natureza trabalhistas se referem a verbas indenizatórias. Os processos tributários são de cunho Estadual e estão em defesa administrativa junto aos Estados. A Companhia e suas Controladas tem como garantias de alguns processos depósitos judiciais que, estão registrados no balanço patrimonial, em rubrica específica no montante de R\$ 87.084 (R\$ 74.427 em 31 de dezembro de 2023).

	Consolidado	
	2024	2023
Trabalhista	3.122	1.134
Cível	1.406	1.256
Tributários	82.556	72.037
Total	<b>87.084</b>	<b>74.427</b>

Em 2024 a Companhia apresenta R\$ 62.532 em depósitos judiciais relacionados às discussões de ICMS GATT, sendo R\$ 18.642 não sujeitos à provisão contingencial pois já foram transitados e julgados e estão aguardando a recuperação dos recursos ou são matérias que não atendem aos requisitos mínimos de provisão previstos nas práticas contábeis aplicáveis.

**19. Patrimônio líquido: Capital social:** Em 31 de dezembro de 2024 o capital integralizado da Companhia é de R\$ 1.276.137 (R\$ 1.276.137 em 31 de dezembro de 2023), com a composição acionária a seguir:

	2024		2023	
	Ações ordinárias	%	Ações ordinárias	%
DFS Holding South América S.A.	567.447	44,466	567.447	44,466
Reach Brazil Holding S.A.	567.447	44,466	567.447	44,466
AVO Capital Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	141.243	11,068	141.243	11,068
	<b>1.276.137</b>	<b>100,00</b>	<b>1.276.137</b>	<b>100,00</b>

**Reserva legal:** Constituída como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, após a compensação dos prejuízos acumulados, e que não pode exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos acumulados ou aumentar o capital. **Transações entre sócios:** Em 01 de março de 2024, através da controlada Imperial Importação e Exportação Ltda. foi realizado a aquisição da totalidade de ações pertencentes aos acionistas minoritários do investimento WFS Holding S.A. Foram adquiridas 108.634 ações, equivalentes a 30%, pelo montante de R\$ 35.169. A aquisição de ações foi efetuada com base no valor das ações nas datas originais de aquisição das participações nas controladas pela Companhia, conforme laudos de avaliação econômica emitidos por avaliadores independentes. O excesso de preço na aquisição de ações calculado pela diferença entre o valor pago e o saldo do investimento recebido, no montante de R\$ 31.714, foi classificado como transações entre sócios no patrimônio líquido, uma vez que decorre de transações entre empresas sob controle comum. Em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") realizada em 14 de novembro de 2017, foi aprovada a troca das ações ordinárias detidas pelos acionistas não controladores nas controladas Oesa e Congebbras por 170.893.330 ações ordinárias da Companhia, no montante de R\$ 170.893, correspondentes a 41,28% de participação. A troca de ações foi efetuada com base no valor das ações nas datas originais de aquisição das participações nas controladas pela Companhia, conforme laudos de avaliação econômica emitidos por avaliadores independentes. O excesso de preço na troca de ações calculado pela diferença entre o valor do aumento de capital e o saldo do investimento recebido, no montante de R\$ 102.450, foi classificado como transações entre sócios no patrimônio líquido, uma vez que decorre de transações entre empresas sob controle comum. **Dividendos:** Aos acionistas é assegurada a distribuição de 1% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos da legislação societária. O total de dividendos a distribuir em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 1.156 (R\$ 663 em 31 de dezembro de 2023).

	2024		2023	
	Ações ordinárias	%	Ações ordinárias	%
DFS Holding South América S.A.	567.447	44,466	567.447	44,466
Reach Brazil Holding S.A.	567.447	44,466	567.447	44,466
AVO Capital Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	141.243	11,068	141.243	11,068
	<b>1.276.137</b>	<b>100,00</b>	<b>1.276.137</b>	<b>100,00</b>

**20. Receita líquida:**

	2024		2023	
Receita de vendas e serviços	5.798.597	5.189.429		
(-) Dedução da receita bruta				
Impostos			(654.329)	(605.023)
Devolução de vendas e serviços			(137.884)	(118.674)
Receita líquida			<b>5.006.384</b>	<b>4.465.732</b>

★ continuação

**24. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos: a. Correntes:** O imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240, e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	109.951	69.949	152.123	995
Alíquota combinada de IRPJ e CSLL	109.951	69.949	152.123	995
Expectativa de crédito de IRPJ e CSLL	34%	34%	34%	34%
Diferenças permanentes:	(37.383)	(23.783)	(51.721)	(338)
Incentivos fiscais	-	-	-	100.344
Apuração de lucro presumido em controladas	-	-	-	353
Bônus administrativo	(2.569)	(16.423)	(3.197)	(20.178)
Equivalência patrimonial	35.124	45.335	(706)	-
Créditos não constituídos	6.819	(8.471)	(3.568)	(8.471)
Baixa de <i>earn-out</i>	-	-	15.935	-
Outros	(277)	-	2.797	(3.700)
IRPJ e CSLL creditados (debitados) ao resultado do exercício	1.714	(3.342)	(40.460)	68.010
Correntes	(1.872)	-	(23.902)	380
Diferidos	3.586	(3.342)	(16.558)	67.968
	1.714	(3.342)	(40.460)	68.348

b. Diferidos

Ativo:

	Consolidado	
	2024	2023
Perda por redução do valor recuperável de contas a receber	7.177	7.219
Provisão de comissões	9.621	10.493
Provisão de fretes	1.973	1.439
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	16.993	13.650
Provisão para realização de estoques	3.896	795
Base negativa de IRPJ/CSLL	326.719	323.908
Arrendamentos	(39.762)	(17.219)
Mais-valia aquisição de participações societárias	68.433	43.823
Ágio na aquisição de empresas	(128.508)	(77.701)
Provisão para pagamento de bônus	14.761	4.169
Provisão de contas a pagar	7.585	8.780
Venda de imobilizado intercompany	-	23.088
Outras provisões	6.725	16.880
Total	295.613	359.324
Alíquota aplicável estimada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	100.508	122.170

Reconciliação da variação dos impostos diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo no início do exercício	-	3.342	122.170	52.501
Saldos advindos de combinação de negócios	-	-	(5.105)	1.701
Registro de tributos diferidos ao resultado	3.586	(3.342)	(16.557)	67.968
Saldo no final do exercício	3.586	-	100.508	122.170

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis futuros, com base em estudos técnicos de viabilidade. Esses estudos consideram a perspectiva de lucratividade futura, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em um período não superior a seis anos. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente base negativa de IRPJ/CSLL, contingências fiscais, provisões para bônus e comissões e provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de realização. A Companhia, apresenta prejuízos fiscais a compensar no valor de R\$ 111.085 (R\$ 110.129 em 2023) nas demonstrações financeiras consolidadas. Esses prejuízos se referem às investidas Oesa, HOK e Imperial realizaram em 2023 uma reavaliação do Imposto de Renda e Contribuição Social recolhidos dos últimos 5 anos pertinentes ao fim da subvenção do crédito do ICMS resultando no aumento das rubricas de impostos a recuperar de valores recolhidos a maior no período reavaliado. Os valores registrados estão sendo compensados com valores devidos de impostos federais. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. A expectativa de compensação do prejuízo fiscal da Companhia é de 9 anos. A Companhia possui prejuízos fiscais não reconhecidos no montante de R\$ 42.206 (R\$ 16.064 em 2023). O valor pertence a controladora, e não está sujeita a testes de recuperabilidade pois não é provável a geração de lucro tributável futuro para sua utilização. **25. Arrendamentos CPC 06 (R2)/IFRS 16:** A Companhia possui contratos de arrendamento de imóveis, máquinas, veículos e outros equipamentos utilizados em suas operações. Os prazos de arrendamento dos imóveis geralmente variam entre 2 e 30 anos, enquanto veículos e outros equipamentos geralmente têm prazos de arrendamento entre 3 e 5 anos. As obrigações da Companhia nos termos de seus arrendamentos são asseguradas pela titularidade do arrendador sobre os ativos arrendados. Geralmente, a Companhia está impedido de ceder e sublocar os ativos arrendados e alguns contratos exigem que a Companhia mantenha certos índices financeiros. Existem vários contratos de arrendamento que contemplam opções de renovação e de rescisão, conforme discutido abaixo. As taxas de desconto utilizadas variam e não estão explícitas em contrato, contudo a Administração adotou uma taxa de mercado de acordo com o prazo de cada contrato. A Companhia também possui alguns arrendamentos de máquinas com prazos iguais ou menores que 12 meses e arrendamentos de equipamentos de escritório de baixo valor. Para esses casos, a Companhia aplica as isenções de reconhecimento de arrendamento de curto prazo e arrendamento de ativos de baixo valor. A seguir estão os valores contábeis dos ativos de direito de uso reconhecidos e as movimentações durante o período:

	Controladora		Total
	Imóveis	Total	
Em 31 de dezembro de 2022	458	458	
Adições	2.054	2.054	
Despesas de amortização	(742)	(742)	
Em 31 de dezembro de 2023	1.770	1.770	
Adições	179	179	
Despesas de amortização	(737)	(737)	
Em 31 de dezembro de 2024	1.212	1.212	

	Controladora		Total	
	Imóveis	Equipamentos	Veículos	Total
Em 31 de dezembro de 2022	112.072	(1.169)	2.717	113.621
Adições	40.437	13.196	6.425	60.058
Adições por aquisição de controlada	6.751	-	-	6.751
Despesas de amortização	(94.529)	(2.284)	(796)	(97.609)
Em 31 de dezembro de 2023	64.731	9.743	8.346	82.821
Adições	36.379	12.368	7.543	56.290
Despesas de amortização	(51.006)	(1.255)	(1.437)	(53.698)
Em 31 de dezembro de 2024	50.104	20.856	14.452	85.413

Abaixo são apresentados os valores contábeis dos passivos de arrendamento (incluídos em empréstimos e financiamentos) e as movimentações durante o período:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo em 31 de dezembro	1.795	423	91.770	120.621
Adições	179	2.054	60.693	60.058
Adições por aquisição de controlada	-	-	-	6.814
Pagamento de principal	(704)	(615)	(61.392)	(97.371)
Pagamento de juros	(111)	-	(6.558)	(9.784)
Juros incorridos	111	(67)	10.054	11.432
Saldo em 31 de dezembro	1.270	1.795	94.567	91.770
Circulante	785	654	37.980	40.021
Não circulante	485	1.141	56.587	51.749
	1.270	1.795	94.567	91.770

## Diretoria

Alessandro Chiaramitara - Diretor Presidente

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da DFS Holding S.A. São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da DFS Holding S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da DFS Holding S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas e para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior:** Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezem-

bro de 2023 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 22 de março de 2024, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, emitiram relatório sem modificação. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inde-

Os saldos têm vencimento conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
2025		785		37.980
2026		485		36.923
2027		-		14.706
2028		-		2.056
2029 a 2042		-		2.902
		1.270		94.567

De acordo com a norma CPC 06 (R2)/IFRS16, as contraprestações de arrendamento são reconhecidas nas linhas de amortização e despesas financeiras.

**26. Instrumentos financeiros:** Estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia e de suas controladas a cada um dos riscos, seus objetivos e as políticas e os processos para mensuração e gerenciamento de risco e de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. A Companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: **Risco de crédito:** É o risco de prejuízo financeiro para a Companhia e suas controladas caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe no cumprimento de suas obrigações contratuais, que surgem dos recebíveis representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito em 31 de dezembro de 2024 é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Ativos				
Caixa e equivalente de caixa	249	343.045	76.859	418.744
Aplicações financeiras	111.811	-	303.970	-
Contas a receber	-	-	411.863	387.511
	112.061	343.045	792.692	806.255

A política de gestão de risco corporativo determina que a Companhia e suas controladas avaliem regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como as propostas de mitigação de risco para o cumprimento dos compromissos e das obrigações assumidos. A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. **Risco de liquidez:** A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que elabora um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e pela manutenção de relacionamento próximo com instituições financeiras, com frequente divulgação de informações para suportar decisões de crédito quando da necessidade de recursos externos. A tabela a seguir demonstra os fluxos de caixa dos passivos financeiros mantidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2024:

	Controladora			Consolidado		
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 3 anos	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 3 anos
	Risco	2024	2023	Risco	2024	2023
Fornecedores	105	-	-	424.494	-	-
Obrigações por compras de participações	-	-	-	91.459	92.245	142.186
Arrendamentos	785	485	-	37.980	38.497	18.090
	890	485	-	553.993	130.742	160.276

**Risco operacional:** É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de suas controladas e a fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e de suas controladas. O objetivo da Companhia e de suas controladas é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação. **Risco de taxa de juros:**

**a. Risco de encargos financeiros/flutuação de taxa de câmbio:** Esse risco advém da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras ou partes relacionadas. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2024. **Risco de câmbio:** O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais da Companhia (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia). A Companhia gerencia seu risco de câmbio por meio de fechamento de câmbio antecipado as quais se espera que devam ocorrer no período máximo de 30 dias. **Sensibilidade à taxa de câmbio:** A Companhia possui risco cambial pela exposição de fornecedores em moedas estrangeiras, dólar americano (USD) e euro (EUR), respectivamente.

	Saldo	Efeito na despesa financeira			
		Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (-50%)	Cenário V (+50%)
<b>Fator de risco</b>	<b>Risco</b>	<b>2024</b>			
Passivo					
Fornecedores	Aumento do dólar	41.118	30.838	51.397	20.559
	Taxa do dólar utilizada - R\$	6.1917	4.6438	7.7396	3.0959
Fornecedores	Aumento do euro	3.837	2.878	4.796	1.918
	Taxa do euro utilizada - R\$	6.4344	4.8258	8.0430	3.2172

**Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia e suas controladas não operaram com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2024 e 2023.

**27. Cobertura de seguros:** A Companhia e suas controladas possuem um programa de gerenciamento de riscos, com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Incêndios	672.720
Perda de aluguel	19.017
Lucros cessantes	62.700
Danos morais	4.110
Vendaval	43.595
Responsabilidade cível	21.369
Danos elétricos	6.502
Impacto de veículos	9.455
Equipamentos	18.549
Desmoroamento	5.970
Frota (veículos/casco)	433.898
Garantia judicial e administrativa	77.604
Outros	10.812

**28. Transações não envolvendo caixa:** As transações que não envolveram caixa estão abaixo indicadas:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023

<b>Saldos advindos de combinação de negócios</b>		
Contas a receber	-	38.820
Estoques	-	50.335
Impostos a recuperar	-	1.007
Outros ativos	-	3.776
Impostos diferidos	-	2.212
Investimentos	-	-
Imobilizado, Intangível, Direito uso	-	15.363
Empréstimos, financiamentos e debentures	-	(24.648)
Fornecedores	-	(50.648)
Folha de pagamento, obrigações sociais e trabalhistas	-	(7.889)
Imposto a pagar	-	(4.447)
Outros passivos não operacionais	-	-
Provisões para litígio	-	(354)
Outros passivos	-	(2.421)
<b>Movimentações de ativo e passivo não circulante</b>		
Reconhecimento inicial arrendamentos	-	6.814
Parcelas de contraprestação por aquisições realizadas no ano a serem pagas em anos subsequentes	(31.397)	126.919
Contraprestação por aquisição de negócios adquiridos em anos anteriores	(355)	(64.726)

## Contador

Vagner da Silva Serafim - Diretor de Controladoria e Contador - CRCPR - 060752/O-2 T SC



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC SC-000071/F-8

Edson Rodrigues da Costa  
Contador CRC PR-054199/O-0



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>